

Construtora Aterpa S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253CB-102-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	14

Relatório da Administração

Apresentamos abaixo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Construtora Aterpa S.A., relativas ao exercício de 2024.

1 – Mensagem da Presidência

O ano de 2024 foi marcado por conquistas importantes, que reforçam nossa trajetória de crescimento na prestação de serviços na execução de obras de infraestrutura para o mercado privado. Além dos contratos para mineradoras e concessionárias, iniciamos obras para o segmento de celulose e incrementamos as entregas relacionadas à operação de minas subterrâneas.

Continuamos com foco no fortalecimento de nossa cultura corporativa, na eficiência das equipes operacionais e na disponibilização dos equipamentos e recursos necessários para execução dos contratos. Tudo isto foi contemplado com a conclusão e entrega de diversas obras, novos contratos e o atendimento das expectativas de nossos clientes.

Entramos em 2025 com backlog saudável, estrutura de capital equilibrada e equipe qualificada, motivada e alinhada para alcançar mais um ano de excelente desempenho, com crescimento e geração de caixa e impacto social positivo.

Agradecemos a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros.

2 – Informações Gerais

A Construtora Aterpa S.A. (“Aterpa” ou Companhia”), e suas controladas (conjuntamente denominadas “Grupo”), tem como principal atividade a prestação de serviços de engenharia destacando-se a construção de obras civis, rodoviárias, ferroviárias, pontes e viadutos, portuárias, de saneamento, concessão de serviços públicos além de túneis e escavações subterrâneas.

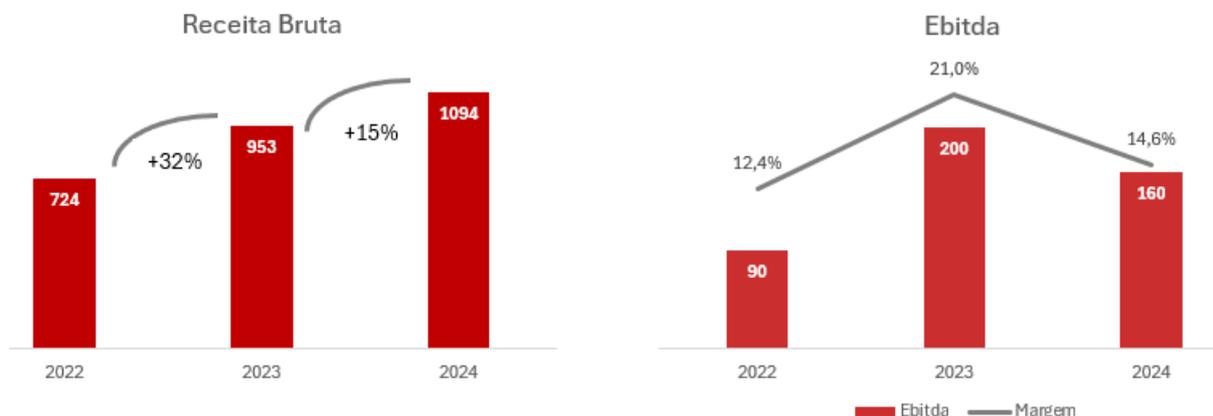
A Aterpa é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração da Companhia em reunião realizada em 14 de março de 2025.

a) Desempenho Operacional

O ano de 2024 foi de crescimento e consolidação da estratégia de prestação de serviços na execução de obras de infraestrutura para clientes privados.

Ao longo do ano de 2024, foram conquistados contratos que somam mais de R\$ 2,2 bilhões em novas obras. No início de 2025, as conquistas superam R\$ 700 milhões. Como resultado, tivemos um crescimento contínuo e sustentável ultrapassando a marca de R\$ 1 bilhão de faturamento com geração de EBITDA de R\$ 160 milhões.



Consolidando nossa estratégia de contratos de longo prazo através de concessões de serviços de públicos de infraestrutura, a Construtora Aterpa, em sociedade com outros três grupos empresariais ligados a infraestrutura, através do FIP 4 UM, foi vencedora do leilão da concessão rodoviária da BR-381/MG. A concessionária Nova 381 será responsável pela operação de 300 km da rodovia bem como pelos investimentos de R\$ 9 bilhões para ampliação da capacidade e melhorias operacionais, incluindo diversas obras de duplicação, construção de terceiras faixas, contenções, pontes, viadutos e passarelas.

A geração de caixa operacional foi utilizada para aumento e modernização da frota de equipamentos, melhoria da estrutura de capital, bem como nos investimentos dos projetos de concessões.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Construtora Aterpa S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Construtora Aterpa S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Construtora Aterpa S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 14 de março de 2025

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC MG-015.704/F-3



Gabriela Garrido do Vale Mattos
Contador CRC 1MG-092.478/O-8

Construtora Aterpa S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	76.006	65.787	80.024	67.821
Contas a receber de clientes	10	129.987	96.804	134.618	105.309
Contas a receber de vendas de ativos e investimentos	11	4.679	2.996	4.711	2.821
Partes relacionadas	33	1.566	1.691	1.566	1.691
Estoques	12	10.331	14.700	11.126	16.349
Impostos a recuperar / compensar	13	3.454	3.686	5.024	5.280
Ativos mantidos para a venda	14	6.157	6.157	6.157	6.157
Outros ativos	-	11.558	2.393	11.600	2.587
Total do ativo circulante		243.738	194.214	254.826	208.015
Ativo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 a)	69.029	75.617	80.357	86.473
Depósitos judiciais	32	1.448	10.123	1.563	10.253
Partes relacionadas	33	7.322	26.249	7.322	16.035
Estoques	12	4.265	4.265	4.265	4.265
Outros ativos	-	3.297	538	3.593	710
		85.361	116.792	97.100	117.736
Investimentos	15	55.025	26.191	37.004	18.101
Imobilizado	17	89.106	35.575	96.298	44.083
Ativo de direito de uso	26	98.848	111.861	99.167	111.977
Intangível	16	5.194	6.363	6.637	7.806
		248.173	179.990	239.106	181.967
Total do ativo não circulante		333.534	296.782	336.206	299.703
Total do ativo		577.272	490.996	591.032	507.718

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Construtora Aterpa S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante					
Fornecedores	18	57.380	53.206	65.331	62.915
Salários e encargos sociais a pagar	19	24.537	22.577	24.872	30.652
Adiantamentos de clientes	20	23.832	-	23.832	-
Empréstimos e financiamentos	21	10.224	6.773	10.878	7.296
Imposto de renda e contribuição social	22	-	1.855	13	1.905
Impostos a recolher	23	8.768	7.328	8.846	7.945
Arrendamentos	26	29.507	21.829	29.681	21.960
Parcelamentos de tributos	24	5.969	4.013	6.799	4.924
Partes relacionadas	33	417	8.116	417	406
Outros passivos	-	4.228	3.289	4.387	3.468
Total do passivo circulante		164.862	128.986	175.056	141.471
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	51.004	627	51.004	627
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 a)	-	-	1.987	1.987
Parcelamentos de tributos	24	9.293	5.555	10.128	7.220
Arrendamentos	26	88.357	102.177	88.508	102.177
Provisão para riscos	32	10.712	13.075	10.916	13.239
Dividendos a pagar	27 c)	5.597	17.465	5.619	17.476
Partes relacionadas	33	7.225	6.894	5.499	6.301
Debêntures 476	34	63.421	-	63.421	-
Debêntures com partes relacionadas	34	21.899	17.786	21.899	17.786
Adiantamentos de clientes	20	3.532	-	3.532	-
Outros passivos	-	2.603	1.767	2.603	1.457
Total do passivo não circulante		263.643	165.346	265.116	168.270
Total do passivo		428.505	294.332	440.172	309.741
Patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas da controladora	27				
Capital social	27 a)	82.000	82.000	82.000	82.000
Ajustes de avaliação patrimonial	27 d)	(1.760)	(1.022)	(1.760)	(1.022)
Reserva legal	27 b)	9.472	7.606	9.472	7.606
Reservas de lucros	-	59.055	108.080	59.055	108.080
		148.767	196.664	148.767	196.664
Participação dos não controladores		-	-	2.093	1.313
Total do patrimônio líquido		148.767	196.664	150.860	197.977
Total do passivo e patrimônio líquido		577.272	490.996	591.032	507.718

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Construtora Aterpa S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas e serviços prestados	28	977.722	796.930	1.030.033	900.130
Custo das vendas e serviços prestados	29	(818.606)	(594.740)	(860.708)	(687.227)
Lucro bruto		159.116	202.190	169.325	212.903
Despesas administrativas	29	(35.804)	(24.544)	(39.118)	(29.240)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(18.298)	(14.986)	(19.315)	(14.190)
Equivalência patrimonial	15	(2.259)	(3.275)	(5.342)	(6.538)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		102.755	159.385	105.550	162.935
Receitas financeiras	30	2.510	376	3.328	947
Despesas financeiras	30	(43.966)	(36.186)	(44.823)	(36.908)
Resultado financeiro líquido		(41.456)	(35.810)	(41.495)	(35.961)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		61.299	123.575	64.055	126.974
Imposto de renda e contribuição social	25 c)	(23.988)	(33.147)	(26.288)	(36.327)
Lucro líquido do exercício		37.311	90.428	37.767	90.647
Atribuível a:					
Acionistas controladores	-	-	-	37.311	90.428
Acionistas não controladores	-	-	-	456	219
Lucro líquido básico diluído por ação	31	0,173	0,419	-	-
Quantidade de ações		215.775.424	215.775.424	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Construtora Aterpa S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	37.311	90.428	37.767	90.647
Participação nos resultados abrangentes em investidas no exterior	(1.114)	156	(1.115)	156
Tributos sobre participação nos resultados abrangentes em investidas no exterior	376	(53)	376	(53)
Total do resultado abrangente do exercício	36.573	90.531	37.028	90.750
Atribuível a:				
Acionistas controladores			36.573	90.531
Acionistas não controladores			455	219
			37.028	90.750

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Construtora Aterpa S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Atribuíveis aos acionistas da controladora							Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido			
Em 31 de dezembro de 2022		82.000	(1.125)	3.085	35.737	-	119.697	1.045	120.742	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	90.428	90.428	219	90.647	
Varição cambial investimentos exterior	27 d)	-	156	-	-	-	156	-	156	
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	1.530	1.530	
Impostos sobre variação cambial de investimentos no exterior	-	-	(53)	-	-	-	(53)	-	(53)	
Dividendos	27 c)	-	-	-	-	(13.564)	(13.564)	(184)	(13.748)	
Constituição de reservas	27 b)	-	-	4.521	72.343	(76.864)	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(1.297)	(1.297)	
Em 31 de dezembro de 2023		82.000	(1.022)	7.606	108.080	-	196.664	1.313	197.977	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	37.311	37.311	456	37.767	
Varição cambial investimentos exterior	27 d)	-	(1.114)	-	-	-	(1.114)	(1)	(1.115)	
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	208	208	
Impostos sobre variação cambial de investimentos no exterior	-	-	376	-	-	-	376	-	376	
Dividendos	27 c)	-	-	-	(78.873)	(5.597)	(84.470)	(219)	(84.689)	
Constituição de reservas	27 b)	-	-	1.866	29.848	(31.714)	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	336	336	
Em 31 de dezembro de 2024		82.000	(1.760)	9.472	59.055	-	148.767	2.093	150.860	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Construtora Aterpa S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		61.299	123.575	64.055	126.974
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	16, 17 e 26	52.755	41.216	54.204	43.099
Equivalência patrimonial	15	2.259	3.275	5.342	6.538
Provisão para riscos	32	(2.363)	5.329	(2.323)	5.384
Resultado na alienação de imobilizado	14, 16 e 17	3.241	5.040	2.257	4.910
Juros/selics fiscais	-	3.426	643	3.675	834
Juros/ encargos incorridos de empréstimos e financiamentos	21	3.148	2.394	3.279	2.370
Juros/ encargos incorridos de debêntures	34	10.534	2.523	10.534	2.523
Outros	-	(310)	923	(1.320)	140
		133.989	184.918	139.703	192.772
Variações de ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes e de vendas de ativos e investimentos	10 e 11	(34.866)	(12.887)	(31.199)	(15.098)
Partes relacionadas	33	(30.864)	(37.609)	(38.340)	(38.375)
Estoques	12	4.369	815	5.223	1.231
Impostos a recuperar / compensar	13	(594)	(1.388)	(579)	(1.529)
Imposto de renda e contribuição social restituídos	-	(3.685)	-	(4.855)	-
Depósitos judiciais	32	8.675	(639)	8.690	(676)
Outros ativos	-	(11.642)	1.108	(11.615)	926
Fornecedores	18	4.174	6.611	2.416	1.689
Salários e encargos sociais a pagar	19	1.927	2.845	(5.815)	4.612
Impostos a recolher	23	2.673	2.106	2.128	2.187
Adiantamento de clientes	20	27.364	(20.664)	27.364	(23.095)
Parcelamento de tributos	24	(275)	(4.898)	(1.443)	(6.133)
Arrendamentos CPC 06	26	(4.314)	(34.376)	(43.505)	(34.546)
Outros passivos	-	1.069	(2.687)	2.017	(3.198)
		(74.989)	(101.663)	(89.513)	(112.005)
Juros / encargos pagos de empréstimos e financiamentos	21	(2.635)	(2.227)	(2.635)	(2.227)
Juros / encargos arrendamentos CPC 06	26	20.458	17.893	20.479	17.918
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(12.985)	(30.008)	(14.603)	(31.876)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		63.838	68.913	53.431	64.582
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativos intangíveis	16	(2.083)	(727)	(2.083)	(2.170)
Aquisição de ativos imobilizados	17	(78.103)	(12.610)	(78.619)	(13.110)
Alienação de ativos imobilizados	17	1.555	662	3.084	849
Redução (aumento) de capital em coligadas e controladas	15 e 36	(34.957)	(14.651)	(23.579)	(11.586)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(113.588)	(27.326)	(101.197)	(26.017)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	21	64.402	-	64.402	-
Captação de debêntures	34	57.000	15.263	57.000	15.263
Amortização de empréstimos e financiamentos	21	(11.087)	(19.497)	(11.087)	(19.497)
Dividendos pagos	-	(50.346)	(2.800)	(50.346)	(2.800)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		59.969	(7.034)	59.969	(7.034)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		10.219	34.553	12.203	31.531
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	65.787	31.234	67.821	36.290
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	76.006	65.787	80.024	67.821
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		10.219	34.553	12.203	31.531

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Construtora Aterpa S.A. (“Aterpa” ou “Companhia”), e suas controladas (conjuntamente denominadas “Grupo”), tem como principal atividade a prestação de serviços de engenharia destacando-se a construção de obras civis, rodoviárias, ferroviárias, obras de arte especiais, obras portuárias, de saneamento, concessão de serviços públicos, barragens, túneis e escavações subterrâneas.

A Aterpa é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Controladas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía as seguintes empresas controladas que fazem parte das suas demonstrações financeiras consolidadas:

- SAF Participações Ltda., que tem como objetivo a participação em outras empresas. A participação da Construtora Aterpa é de 99,90%.
- J Dantas S.A. Engenharia e Construções, é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prestação de serviços de engenharia, com ênfase na construção de túneis e canalizações. Controle indireto pela participação na SAF, que detém uma participação de 99,90% e participação direta na J Dantas pela participação de 2,97%.
- A Sucursal da Aterpa no Peru trata-se de subsidiária criada no Peru para exercer o mesmo objeto social da Construtora Aterpa S.A.
- A Sucursal da J Dantas no Peru trata-se de subsidiária criada no Peru para exercer o mesmo objeto social da J Dantas S.A.

Consórcios

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia participou dos seguintes consórcios como líder, que fazem parte das suas demonstrações financeiras:

2024 e 2023:

- Consórcio Servix – Aterpa (97,70%)
- Consórcio M. Martins – Beter (55%)
- Consórcio Aterpa M. Martins – Cidade (50%)
- Consórcio Aterpa M. Martins – EMSA – CNPJ 11.794.469/0001-66 (50%)
- Consórcio Aterpa M. Martins – Araguaia (50%)
- Consórcio Aterpa M. Martins – EBATE (99%)
- Consórcio Aterpa M. Martins – Multitek (63%)
- Consórcio Aterpa – Serveng – Maia Melo (97%)
- Consórcio Aterpa – EMSA – CNPJ 18.293.629/0001-32 (50%)
- Consórcio Aterpa – J Dantas (50%)
- Consórcio Túneis Litoral Sul (75%)

2024:

- Consórcio MLC – Aterpa (50%)
- Consórcio Construtor BR-381 (25%)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação de práticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis no 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração da Companhia em reunião realizada em 14 de março de 2025.

3. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirá realizar seus ativos e cumprir com suas obrigações no curso normal dos negócios.

(a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.
- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

Não houve novas alterações e interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024 que são relevantes para a Companhia e suas controladas.

3.1. Consolidação

Demonstrações consolidadas são as demonstrações financeiras de um conjunto de entidades (grupo econômico), apresentadas como se fossem as de uma única entidade econômica.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

A participação dos acionistas não controladores, nas empresas consolidadas, é demonstrada nos saldos das demonstrações consolidadas como pertencentes a terceiros. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma empresa que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

b) Empreendimentos controlados em conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. São os casos dos consórcios e Sociedades por Conta de Participação (SCPs) que a Companhia participa.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa e os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Incluem ainda investimentos de alta liquidez com vencimentos em até 90 dias.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Classificação e mensuração

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto: **(a)** no modelo de negócios do Grupo para a gestão dos ativos financeiros; quanto, **(b)** nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

(i) Custo amortizado

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda.

(iii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que o Grupo altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo classifica seus passivos financeiros em Custo Amortizado, representado por Fornecedores, Debêntures, Empréstimos e Financiamentos.

3.4.2. Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção em liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso inadimplência, insolvência ou falência do Grupo ou da contraparte.

3.4.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i)** Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii)** Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii)** Falência do tomador ou outra reorganização financeira, ou
- iv)** O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Os ativos mensurados ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

3.5. Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação dos serviços executados até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ainda que representem valores parciais de contratos de obras em execução naquelas datas. São registradas ao valor justo e classificadas como contas a receber de cliente e demais contas a receber, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotados em mercado ativo. Subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração considera como suficiente a provisão registrada para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

3.6. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, propriedade para investimento, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

3.7. Investimentos

Os investimentos da Companhia em controladas e em coligadas, com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa em sua administração, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15.

O exercício social das empresas consolidadas coincide com o da Companhia e o processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos, adotados de maneira consistente nas demonstrações aqui apresentadas:

- (i)** eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo mantidos entre as empresas consolidadas,
- (ii)** eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da Controladora nos patrimônios líquidos das controladas, **(iii)** eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas e, **(iv)** eliminação de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

As demonstrações financeiras das controladas com sede no exterior são convertidas para reais utilizando-se os seguintes critérios:

- a)** Contas ativas e passivas, pela taxa de câmbio de fechamento;
- b)** Contas específicas no patrimônio líquido, pela taxa histórica das transações ou movimentações; e
- c)** Contas de resultado, pela taxa de câmbio média de cada mês.

3.8. Ativos intangíveis

Ágios (*goodwill*) foram apurados em aquisições de participações societárias. Esses ágios são decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor justo do patrimônio líquido das controladas, apurados na data de aquisição e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da respectiva investida, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período projetivo de cinco anos.

Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, principalmente o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os gastos com aquisição e instalação de softwares na incorporação de controladas (transferência de tecnologia) são capitalizados de acordo com os benefícios econômicos futuros que fluirão para a Companhia e suas controladas.

Esses custos são amortizados conforme as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 16. Gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

3.9. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e o seu valor provável de realização (valor residual). As taxas de vida útil são revisadas anualmente pela Administração e estão divulgadas na Nota Explicativa nº 17. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores possam ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído, vendido ou transferido para outra entidade, é baixado. Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

3.10. Impairment de ativos não financeiros

Os bens e direitos do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos, são avaliados anualmente pela Administração para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Independente da não existência desses indícios, para o intangível sem vida útil definida, a Companhia e suas controladas efetuam a avaliação de *impairment*, anualmente. Nessa linha, caso o valor contábil de um ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, é reconhecida uma perda no resultado do exercício.

Em linha com o CPC 01, a Administração da Aterpa e suas controladas avaliaram os ativos sujeitos a ajuste de recuperação e não identificou a necessidade de serem efetuados ajustes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.11. Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado. Não há diferença significativa entre o valor da fatura e seu valor presente, devido ao curto prazo para pagamento.

3.12. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 21.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Debêntures

As debêntures são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal e juros, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

A baixa das debêntures ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.14. Arrendamentos (IFRS16-CPC06)

A Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. Isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O custo do ativo de direito de uso compreende: (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data; (iii) custos diretos incorridos; e (iv) estimativa de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e estão reconhecidos nas rubricas “Imobilizado” e “Propriedades para investimento”.

O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento.

Como arrendatário, a Companhia identificou contratos que contém arrendamentos, referente aos aluguéis da sua sede principal e contratos de leasing operacional de máquinas e equipamentos.

No resultado é reconhecida uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa de juros do passivo de arrendamento.

3.15. Notas comerciais

As notas comerciais são títulos de dívida corporativa usados para captar recursos junto a investidores, representando uma promessa de pagamento. As notas comerciais são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal e juros, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

A baixa das notas comerciais ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.16. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

a) Provisões para riscos

As provisões para processos judiciais são constituídas para todas os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as empresas do Grupo atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado e não pelo líquido.

A Companhia e suas controladas apuram o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) com base no lucro real ou regime especial de tributação (RET), conforme detalhado abaixo:

- **Lucro real** – Adotado pela Companhia. Nesta sistemática, o IRPJ é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, e a CSLL é calculada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal.
- **Regime Especial de Tributação (RET)** – Adotado para certos empreendimentos da Companhia e de controladas. Conforme facultado pela Lei 12.024 de 27 de agosto de 2009, que alterou a Lei 10.931/2004 que instituiu o RET, foi feita a opção por submetê-los ao patrimônio de afetação e optar pelo RET. Para esses empreendimentos, o encargo consolidado referente ao IRPJ e a CSLL, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Programa de Integração Social (PIS), é calculado a alíquota global total de 1% sobre as receitas brutas.

3.18. Benefícios a empregados

O Grupo possui planos de benefícios a empregados que podem incluir assistência médica, a participação nos lucros, bônus e seguro de vida em grupo. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados está apresentada na Nota Explicativa nº 35.

3.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

3.20. Reconhecimento da receita

O Grupo reconhece a receita quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos serviços que serão transferidos aos clientes. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, o Grupo deve considerar a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido.

a) Receita de serviços de engenharia

A receita de prestação de serviços e de locação são reconhecidas quando (ou à medida que) o Grupo satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle deste ativo.

b) Contratos de construção

As receitas de contrato de construção são reconhecidas pelo Grupo tomando como base o estágio de execução das obras ao longo do tempo e contemplando a mensuração dos custos incorridos com os trabalhos executados em cada contrato, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A receita é apresentada líquida de impostos sobre as vendas (PIS e Cofins). Para fins de cálculo do PIS e da Cofins, a alíquota total é de 3,65% para as atividades tributadas pelo regime cumulativo (execução de obras de construção) e 9,25% para atividades tributadas pelo regime não cumulativo (demais atividades).

A partir de 01 de julho de 2015, conforme Decreto 8.426, as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativo passaram a ter incidência nas alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para Cofins.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas respectivas alíquotas básicas:

Impostos e tributos	Alíquotas
PIS – Regime Cumulativo	0,65%
Cofins – Regime Cumulativo	3,00%
PIS – Regime Não Cumulativo	1,65%
Cofins – Regime Não Cumulativo	7,60%
ISS	2,00% a 5,00%

Os contratos de contribuição executados através de sociedades em conta de participação, nas quais a Companhia detém o controle majoritário, foram contabilizados na controladora.

3.20. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Receita e despesas de juros e encargos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial e monetária sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- Descontos obtidos e concedidos;
- Atualizações fiscais (Selic);
- IOF; e
- Despesas e taxas bancárias.

3.21. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício com base no previsto no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.22. Normas revisadas com adoção a partir de 1o de janeiro de 2024

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i)** O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- ii)** Que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações financeiras;
- iii)** Que a classificação não é afetada pela probabilidade de o Grupo exercer seu direito de adiar; e
- iv)** Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito do Grupo de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidencição) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos.

Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de um Grupo.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu o documento “Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu pequenas alterações à IFRS 10 (Demonstrações consolidadas), que também afeta o CPC 36 (R3) no Brasil. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais, com o objetivo de esclarecer ou corrigir questões pontuais nas normas contábeis.

Alterações principais à IFRS 10 no “Volume 11”: As alterações em **IFRS 10 são pequenas revisões, mas com um impacto relevante na aplicação da norma e na interpretação do controle para fins de consolidação**

i) Esclarecimento sobre a perda de controle: o IASB fez um esclarecimento sobre como as empresas devem tratar a perda de controle de uma subsidiária. A norma agora deixa mais claro o momento exato em que o controle é considerado perdido. Isso é especialmente importante para transações que envolvam venda de subsidiárias ou mudança no controle de uma subsidiária. Uma revisão detalhada dos passos que devem ser seguidos para avaliar se o controle foi realmente perdido, com foco na dados em que o controle deixa de existir.

ii) Avaliação do controle quando há influências externas: a revisão também aborda situações em que o controle de uma participação pode ser afetado por influências externas, como acordos com outras Empresas ou acionistas. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

3.22.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/CPC 02: Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando o Grupo consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

O Grupo avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico.

Se o Grupo conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade do Grupo de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, o Grupo deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo do Grupo ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como o Grupo estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo.

O Grupo pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. O Grupo não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

O Grupo não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 18 - Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e introduziu novas exigências para:

i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;

ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; e

iii) melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

O Grupo deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando o Grupo aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

O Grupo espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 7 e 9: Instrumentos financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

(i) esclarecer que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desreconhecimento;

(ii) introduzir uma opção de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;

(iii) esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;

(iv) esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente;

(v) exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

i) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Administração da Companhia e suas controladas registram impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais de impostos de renda e base negativa de contribuição social com base nas práticas contábeis divulgadas na Nota Explicativa nº 3.16.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas.

Essas estimativas estão contidas no estudo e orçamento plurianual da Administração, que é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram.

ii) Reconhecimento de receita

Durante 2024, a Companhia e suas controladas utilizaram o método da evolução física dos contratos por entender que esse método é o que melhor representa o reconhecimento contábil da receita para essas obras.

Além disso, foram averiguados todos os aspectos constantes no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente – para identificar as obrigações de performance dos contratos, a determinação do preço da transação e momento de reconhecimento da receita.

iii) Vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados ou amortizados durante sua vida útil, até o limite de seu valor provável de realização. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revisada para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas. Mais detalhes, incluindo valores contábeis, estão incluídos nas Notas Explicativas nºs 16 e 17.

iv) Provisão para riscos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado ou quando uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da controladora e do consolidado. A aplicação desses princípios contábeis, em caso de litígios, exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito, além de seu controle.

A Companhia e suas controladas revisam as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e analisando os relatórios emitidos pelos seus consultores externos, visando a avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas antes das mesmas serem emitidas), a experiência em casos semelhantes e qualquer decisão da Administração da Companhia e suas controladas sobre a forma como elas vão responder ao litígio, reivindicação ou autuação. Mais detalhes incluindo valores contábeis estão divulgados na Nota Explicativa nº 32.

(v) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na análise de estimativas pela probabilidade de perdas, que leva em consideração a avaliação de riscos dos créditos, o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração considera como suficiente a provisão registrada para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

5. Gestão de capital

A Companhia e suas controladas gerenciam seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, sem que, no entanto, isto a onere.

Similar a outras companhias do mercado, a Companhia e suas controladas monitoram seu capital com base no índice de endividamento calculado pela relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA.

Informações pertinentes aos riscos inerentes à operação da Companhia e suas controladas e à utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na Nota Explicativa nº 6.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

6. Instrumentos financeiros

A forma de identificação e condução dos riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

a) Risco de mercado

O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia e suas controladas estejam expostas somente a níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações.

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que são afetados pelo risco de mercado incluem:

(i) caixa e equivalentes de caixa; **(ii)** debêntures; e **(iii)** empréstimos e financiamentos.

b) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro flutuem devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Companhia e suas controladas utilizam os recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações e para garantir a renovação de sua frota, máquinas, equipamentos e parte do seu crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia e suas controladas obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, assim como emite títulos de dívida (debêntures), que são substancialmente indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem aumentos relevantes no CDI.

Como estratégia de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Administração mantém contínuo monitoramento do CDI, com o propósito de, se necessário, contratar empréstimos com taxas pré-fixadas e fazer o swap da taxa de juros, trocando taxa pós-fixada para pré-fixada, eliminando o risco de flutuação da taxa básica de juros nos contratos de longo prazo.

Adicionalmente, quase a totalidade do saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas é também indexada à variação do CDI, mesmo indexador das dívidas de curto prazo.

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de sensibilidade para cenários adversos (deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável e queda de 10%), considerando as seguintes premissas:

- Em 31 de dezembro de 2024, a dívida líquida negativa da Companhia somava (R\$ 18.142). Deste total exclui-se o valor de R\$ 2.291, com custo prefixado a uma taxa média de 7,98% ao ano, referente às operações contratadas à taxa prefixada, de forma que a dívida líquida sujeita à variação do CDI monta em R\$ 15.851 em 31 de dezembro de 2024.
- A expectativa de mercado, conforme taxas do CDI projetadas pelo mercado de futuros, com data-base em 31 de dezembro de 2024, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 9,27%, ante a taxa efetiva de 11,40%, verificada no ano de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Portanto consideramos a taxa de 11,40% como a taxa efetiva média de 2024 no cenário mais provável.

Descrição	Consolidado			
	Cenário provável	Cenário I - Aumento de 25%	Cenário II - Aumento de 50%	Cenário III - Queda de 10%
Dívida líquida em 31 de dezembro 2024	(18.142)	(18.142)	(18.142)	(18.142)
Dívidas à taxa pré-fixada	2.291	2.291	2.291	2.291
Dívida líquida sujeita a variação do CDI	(15.851)	(15.851)	(15.851)	(15.851)
Taxa média efetiva do CDI no período de 12 meses findo em 31/12/2024	11,40%	11,40%	11,40%	11,40%
Taxa média anual estimada do CDI, conforme cenários previstos	15,74%	19,68%	23,61%	14,17%
Efeito nas despesas financeiras sujeitas a variações do CDI:				
Conforme taxa efetiva	(1.807)	(1.807)	(1.807)	(1.807)
(Aumento) nas despesas financeiras anuais	(688)	(1.312)	(1.935)	(439)

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrerem em perdas financeiras. O risco de crédito na Companhia e suas controladas recai, em suma, nos créditos a receber de clientes e no caixa e equivalentes de caixa depositados/aplicados em bancos e instituições financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa - O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia e suas controladas, conforme políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração, visando à minimização da concentração de riscos e, dessa forma, à redução de prejuízo financeiro no caso de eventual falência de uma contraparte.

Créditos a receber - O gerenciamento do risco de crédito relacionado às contas a receber é constantemente monitorado pela Companhia e suas controladas, que possui políticas estabelecidas de controle. Não há valores provisionados em PECLD em relação ao total do contas a receber em 2024 e 2023. A carteira de contratos é concentrada em clientes com sólidos fundamentos econômicos e financeiros, além de participação relevante em seus mercados. O Risco de crédito é mitigado pela segurança jurídica dos contratos.

Como os contratos preveem medições periódicas, o avanço na execução dos contratos ocorre paralelamente à liberação de recursos por parte do cliente, evitando aumento na exposição ao risco de crédito. Adicionalmente, o gerenciamento do risco de crédito inclui a análise da recuperabilidade dos créditos a receber, na qual se avalia a necessidade de constituição de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, com o objetivo de ajustá-los aos seus valores prováveis de realização.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes' está divulgada na Nota Explicativa nº 10.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia e suas controladas possuam os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento.

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora						Taxa
	2025	2026	2027	2028	2029	Total	
Capital giro	-	-	9.889	9.889	9.890	29.668	CDI + 3,5% a.a.
Passivos atrelados a taxas pós-fixadas	-	-	9.889	9.889	9.890	29.668	
Financiamentos	10.224	9.567	9.465	2.304	-	31.560	15,43% a.a.
Passivos atrelados a taxas pré-fixadas	845	328	328	136	-	1.637	
Passivos atrelados a taxas pós fixadas	9.379	9.239	9.137	2.168	-	29.923	
Total	10.224	9.567	19.354	12.193	9.890	61.228	

	Consolidado						Taxa
	2025	2026	2027	2028	2029	Total	
Capital giro	-	-	9.889	9.889	9.890	29.668	CDI + 3,5% a.a.
Passivos atrelados a taxas pós-fixadas	-	-	9.889	9.889	9.890	29.668	
Financiamentos	10.878	9.567	9.465	2.304	-	32.214	15,25% a.a.
Passivos atrelados a taxas pré-fixadas	1.499	328	328	136	-	2.291	
Passivos atrelados a taxas pós fixadas	9.379	9.239	9.137	2.168	-	29.923	
Total	10.878	9.567	19.354	12.193	9.890	61.882	

e) Risco cambial

Risco cambial é o risco que resulta para o valor de um portfólio, ou dos resultados de uma empresa, de um movimento desfavorável de taxas de câmbio.

Como estratégia de gerenciamento do Risco Cambial, a Administração mantém contínuo monitoramento das taxas de câmbio, com o propósito de, se necessário, contratar operações de hedge accounting, eliminando o risco de flutuações desfavoráveis das taxas de câmbio.

Adicionalmente ressalta-se que a Companhia e suas controladas mantêm operações de crédito em moeda estrangeira apenas em sua Sucursal no Peru, e estas representam menos de 1% do total de operações contratadas pela Companhia e suas controladas.

7. Gestão do capital**a) Índice de endividamento**

O monitoramento do capital é feito com base no índice de endividamento da Companhia e suas controladas, que corresponde à dívida líquida dividida pelo Patrimônio Líquido. A dívida líquida, por sua vez, é definida pela Companhia e suas controladas como sendo os endividamentos de curto e longo prazo, incluindo os saldos positivos ou negativos das operações de swap para proteção das referidas dívidas, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa. A estratégia geral de gestão do capital da Companhia e suas controladas permanecem com foco na busca da melhoria da estrutura de capital através da geração de caixa operacional bem como a otimização da necessidade de capital de giro da operação para redução do endividamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esta política está sendo reforçada com o crescimento da atividade operacional e vendas de equipamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Endividamento de curto e longo prazos, líquido dos swaps classificados nos ativos e passivos circulantes e não circulantes	61.228	7.400	61.882	7.923
Caixa e equivalentes de caixa	(76.006)	(65.787)	(80.024)	(67.821)
Dívida líquida	(14.778)	(58.387)	(18.142)	(59.898)
Patrimônio líquido	148.767	196.664	150.860	197.977
Índice de endividamento	(0,10)	(0,30)	(0,12)	(0,30)

Os resultados da estratégia de redução do endividamento da Companhia e suas controladas com consequente melhoria da estrutura de capital já pode ser percebidos no quadro abaixo no qual o endividamento pode ser dividido em 2 grandes categorias: endividamento bancário (empréstimos) e financiamentos.

Abertura do endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos	-	996	-	996
Notas comerciais	29.668	-	29.668	-
Financiamentos	31.560	6.404	32.214	6.927
Total	61.228	7.400	61.882	7.923

Valor justo dos instrumentos financeiros

A Administração entende que todos os instrumentos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores, debêntures, empréstimos e financiamentos, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros (ativos)	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024			31/12/2024		
	Contábil	Justo	Diferença	Contábil	Justo	Diferença
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	134.666	134.666	-	139.329	139.329	-
Caixa e equivalentes de caixa	76.006	76.006	-	80.024	80.024	-
Partes relacionadas	8.888	8.888	-	8.888	8.888	-
Total	219.560	219.560	-	228.241	228.241	-

Instrumentos financeiros (ativos)	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023			31/12/2023		
	Contábil	Justo	Diferença	Contábil	Justo	Diferença
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	99.800	99.800	-	108.130	108.130	-
Caixa e equivalentes de caixa	65.787	65.787	-	67.821	67.821	-
Partes relacionadas	27.940	27.940	-	17.726	17.726	-
Total	193.527	193.527	-	193.677	193.677	-

Instrumentos financeiros (passivos)	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024			31/12/2024		
	Contábil	Justo	Diferença	Contábil	Justo	Diferença
Empréstimos	29.668	29.668	-	29.668	29.668	-
Financiamentos	31.560	31.560	-	32.214	32.214	-
Arrendamentos	117.864	117.864	-	118.189	118.189	-
Partes relacionadas	7.642	7.642	-	5.916	5.916	-
Total	186.734	186.734	-	185.987	185.987	-

Instrumentos financeiros (Passivos)	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023			31/12/2023		
	Contábil	Justo	Diferença	Contábil	Justo	Diferença
Empréstimos	996	996	-	996	996	-
Financiamentos	6.404	6.404	-	6.927	6.927	-
Arrendamentos	124.006	124.006	-	124.137	124.137	-
Partes relacionadas	15.010	15.010	-	6.707	6.707	-
Total	146.416	146.416	-	138.767	138.767	-

8. Instrumentos financeiros por categoria

	Categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	Custo Amortizado	134.666	99.800	139.329	108.130
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	76.006	65.787	80.024	67.821
Total		210.672	219.353	165.587	175.951

	Categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos	Custo Amortizado	29.668	996	29.668	13.982
Financiamentos	Custo Amortizado	31.560	6.404	32.214	12.748
Arrendamentos	Custo Amortizado	117.864	118.189	124.006	124.137
Partes Relacionadas	Custo Amortizado	7.642	5.916	15.010	6.707
Total		186.734	185.987	146.416	138.767

9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

Consideramos como equivalente de caixa por se tratar de aplicações com liquidez imediata e de compromissos de curto prazo. São aplicações utilizadas como instrumentos de gestão de tesouraria, ou seja, diariamente os saldos das contas correntes são aplicados, tendo liquidez imediata, à uma taxa de 98% do CDI, em 31 de dezembro de 2024. No ano anterior, só havia aplicações automáticas diárias do saldo das contas, tendo liquidez imediata à uma taxa de 4,5% a 5% a.a. em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	171	110	176	126
Bancos	247	65.677	261	67.695
Aplicações financeiras	75.588	-	79.587	-
Total	76.006	65.787	80.024	67.821

10. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Clientes privados	22.356	59.454	24.538	67.587
Clientes privados	22.356	59.454	24.538	67.587
Medições a faturar - clientes públicos	25.352	-	25.352	-
Medições a faturar - clientes privados	82.279	37.350	84.728	37.722
Medições a faturar	107.631	37.350	110.080	37.722
Total	129.987	96.804	134.618	105.309

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, os vencimentos do contas a receber em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cientes	18.580	59.429	20.762	67.562
Vencidos	406	406	-	406
Até 30	8	8	-	8
30 - 60	-	-	-	-
60 - 90	-	-	-	-
90 - 120	-	-	-	-
> 120 dias	398	398	-	398
A vencer	18.174	59.023	20.762	67.156
Partes relacionadas	3.776	25	3.776	25
Total	22.356	59.454	24.538	67.587

A provisão para perdas com créditos é constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Grupo não identificou necessidade de provisão para perda esperada de créditos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Medições a faturar (*)	107.631	37.350	110.080	37.722
Medições em aprovação	40.745	6.313	43.194	6.313
Medições aprovadas	66.886	31.037	66.886	31.409
Total	107.631	37.350	110.080	37.722

(*) O saldo de medições a faturar refere-se às receitas reconhecidas de acordo com o estágio de execução das obras (descritos na Nota Explicativa nº 3.18) que ainda não se encontram faturados.

11. Contas a receber de vendas de ativos e investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cientes vendas de ativos (a)	31	23	63	71
Cientes vendas de ativos - Partes relacionadas (b)	4.648	2.973	4.648	2.750
Total	4.679	2.996	4.711	2.821

(a) As vendas de ativos são operações de alienação de máquinas e equipamentos, que não estão sendo utilizados na operação e que geraram caixa para a Companhia e suas controladas. Expectativa de recebimento no decorrer do exercício de 2025, conforme previsto em condições contratuais.

(b) Vendas de equipamentos para a empresa Protec Engenharia de Infraestrutura S.A. com expectativa de recebimento no decorrer do exercício de 2025, conforme previsto em condições contratuais. Operação com parte relacionada, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 33.

12. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Estoque de material (a)	9.742	13.855	10.537	15.504
Imóveis destinados a venda (b)	3.034	3.285	3.034	3.285
Terrenos para construção (c)	1.820	1.825	1.820	1.825
Total	14.596	18.965	15.391	20.614
Circulante	10.331	14.700	11.126	16.349
Não circulante	4.265	4.265	4.265	4.265
Total	14.596	18.965	15.391	20.614

(a) Estoque para consumo na prestação de serviço de execução das obras;

(b) Estoque de empreendimentos imobiliários da SCP Barra;

(c) Estoque de terrenos e benfeitorias em Andradina-SP. Empreendimentos construídos e vendidos em 2021, 2022, 2023 e 2024. Ainda possuem 12 unidades a serem vendidas em 2025.

A Companhia e suas controladas não identificaram fatores que caracterizassem situações de obsolescência no estoque.

13. Impostos a recuperar / compensar

A Companhia e suas controladas possuem créditos de impostos a recuperar/compensar advindos de retenções na fonte em suas notas fiscais de faturamento e aplicações financeiras, créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL e impostos pagos a maior ou indevidamente. Todos reconhecidos perante o fisco.

Os valores de impostos a recuperar/compensar demonstrados nessa nota explicativa, são objetos de pedidos de compensação e restituição já protocolados junto à Receita Federal do Brasil, e estão sendo utilizados para compensação dos impostos correntes federais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar (*)	1.064	1.255	1.396	1.520
INSS a compensar (**)	2.162	2.162	2.185	2.591
Outros impostos a recuperar	228	269	1.443	1.169
IRRF/CSLL/PIS/Cofins retidos na fonte	68	64	69	64
ISSQN a recuperar	131	125	131	125
Outros	29	80	1.243	980
Total	3.454	3.686	5.024	5.280

A Administração tem avaliado periodicamente a evolução desses créditos acumulados de impostos e a provisão para perdas necessária, objetivando o seu aproveitamento. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo.

(*) Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar: saldos negativos de prejuízos fiscais de exercícios anteriores.

()** INSS a compensar: retenção de INSS na fonte sobre faturamento conforme Lei 9.711 /98.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Ativos mantidos para a venda

Os ativos apresentados como mantidos para venda representam máquinas e equipamentos em localidades onde as obras já estão concluídas e cuja venda foi aprovada pela diretoria em dezembro de 2024 e 2023. Os ativos encontram-se à disposição em sites especializados de venda. Espera-se que até 31 de dezembro de 2025 se conclua a transação de venda desses ativos. Os itens do grupo de ativos mantidos para venda estão abaixo apresentados:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	6.157	6.157
Total	6.157	6.157

A seguir as movimentações em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2023	Adições	Baixas por	Retorno	31/12/2024
	Controladora e	transferidas do	alienação	para o ativo	Controladora e
	consolidado	ativo imobilizado		imobilizado	consolidado
Custo					
Máquinas e equipamentos	8.394	-	-	-	8.394
Total	8.394	-	-	-	8.394
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	(2.237)	-	-	-	(2.237)
Total	(2.237)	-	-	-	(2.237)
Saldo	6.157	-	-	-	6.157

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2022	Adições	Baixas por	Retorno para	31/12/2023
	Controladora e	transferidas do	alienação	o ativo	Controladora e
	Consolidado	ativo imobilizado		imobilizado	Consolidado
Custo					
Máquinas e equipamentos	8.394	-	-	-	8.394
Ferramentas e equipamentos	779	-	(51)	(728)	-
Veículos	169	-	-	(169)	-
Total	9.342	-	(51)	(897)	8.394
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	(2.237)	-	-	-	(2.237)
Ferramentas e equipamentos	(479)	-	16	463	-
Veículos	(143)	-	-	143	-
Total	(2.859)	-	16	606	(2.237)
Saldo	6.483	-	(35)	(291)	6.157

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há ativos em garantia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos

A composição e movimentação do saldo de investimentos e a participação da Controladora nas empresas controladas e coligadas e Sociedades em Conta de Participação (SCP) é a seguinte:

Controladora	31/12/2024	31/12/2023
Controladas		
SAF Participações Ltda.	16.453	6.491
J Dantas Engenharia S.A.	599	620
J Dantas Engenharia S.A. (Ágio)	1.443	1.443
Coligadas		
4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Ltda.	3.125	-
Empresa Paulistana de Planos Assistenciais Ltda.	-	126
Sociedades em Conta de Participações		
Consolare - Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE - S.A.	33.360	17.464
SCP Andradina	45	45
Outros	-	2
Total	55.025	26.191
Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Coligadas e Sociedades em Conta de Participações		
4UM Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Ltda.	3.125	-
Empresa Paulistana de Planos Assistenciais Ltda.	-	126
SCPs / SPEs	33.879	17.973
Outros	-	2
Total	37.004	18.101

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resumo dos investimentos

Os saldos dos investimentos e as informações financeiras das investidas podem ser assim apresentado:

Controladora	Participação		Patrimônio líquido		Capital social		Resultado líquido	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participações								
SAF Participações Ltda.	100%	100%	16.453	6.492	1	1	3.644	3.751
Sucursal Peru	100%	100%	(2.424)	(1.766)	16.795	16.795	(706)	(595)
J Dantas Engenharia S.A.	3%	3%	20.931	20.845	15.630	16.744	4.558	3.470
Concessionária de Cemitérios e Serv. Funerários. SPE - S.A. (Consolare)								
	30%	30%	111.201	58.213	79.000	42.000	(13.828)	(19.603)
Empresa Paulistana de Planos Assistenciais Ltda. (Eternize)								
	30%	30%	(165)	415	10	10	(1.180)	(1.095)
SCP Andradina	50%	50%	50	50	50	50	(791)	(634)
4UM Fundo Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada								
	25%	-	-	-	-	-	-	-

Consolidado	Participação		Patrimônio líquido		Capital social		Resultado líquido	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participações								
Concessionária de Cemitérios e Serv. Funerários. SPE - S.A. (Consolare)								
	30%	30%	111.201	58.213	79.000	42.000	(13.828)	(19.603)
Empresa Paulistana de Planos Assistenciais Ltda (Eternize)								
	30%	30%	(165)	415	10	10	(1.180)	(1.095)
SCP Andradina	50%	50%	50	50	50	50	(791)	(634)
4UM Fundo Investimento em Participações em Infraestrutura de Responsabilidade Limitada								
	25%	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	29.688	29.687	-	-	(14)	(1)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação

Controladora	SAF	Ímpar (*)	Sucursal	J Dantas	Consolare	Eternize	4UM	SCPs	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.740	778	-	-	12.063	-	-	45	3	15.629
Resultado da equivalência patrimonial	3.751	(191)	(595)	103	(5.699)	(327)	-	(317)	-	(3.275)
(- / +) Provisão para perda	-	-	(509)	-	-	-	-	-	-	(509)
Resultado abrangente controlada no exterior	-	-	156	-	-	-	-	-	-	156
(-) Reversão de investimento	-	(587)	-	(12)	-	-	-	-	-	(599)
(-) Dividendos	-	-	-	(178)	-	-	-	-	(1)	(179)
Aporte de capital	-	-	948	2.150	11.100	453	-	317	-	14.968
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.491	-	-	2.063	17.464	126	-	45	2	26.191
Resultado da equivalência patrimonial	3.644	-	(930)	130	(4.354)	(354)	-	(395)	-	(2.259)
(- / +) Provisão para perda	-	-	658	-	-	48	-	-	-	706
Resultado abrangente controlada no exterior	(7)	-	(1.107)	-	-	-	-	-	-	(1.114)
(-) Reversão de investimento	-	-	(10)	-	-	-	-	-	(2)	(12)
(-) Dividendos	(3.698)	-	-	(10)	-	-	-	-	-	(3.839)
Aporte de capital	10.023	-	1.379	-	20.250	180	3.125	395	-	35.352
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.453	-	-	2.042	33.360	-	3.125	45	-	55.025

Consolidado	Ímpar (*)	Consolare	Eternize	4UM	SCPs	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	778	12.063	-	-	480	3	13.324
Resultado da equivalência patrimonial	(191)	(5.699)	(327)	-	(321)	-	(6.538)
(-) Reversão de investimento	(587)	-	-	-	-	(1)	(588)
Aporte de capital	-	11.100	453	-	350	-	11.903
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	17.464	126	-	509	2	18.101
Resultado da equivalência patrimonial	-	(4.354)	(354)	-	(409)	(225)	(5.342)
(- / +) Provisão para perda	-	-	48	-	-	-	48
(+) Outros	-	-	-	-	-	225	225
(-) Reversão de investimento	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Aporte de capital	-	20.250	180	3.125	419	-	23.974
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	33.360	-	3.125	519	-	37.004

(*) Investimento vendido em 20/11/2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível

Durante os exercícios objetos dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a rubrica de intangível apresentou a seguinte movimentação:

Controladora	% - Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Custo					
Ágio - CVA	-	5.534	-	(2.800)	2.734
Software	-	3.185	2.083	-	5.268
Total		8.719	2.083	(2.800)	8.002
Amortização					
Software	10	(2.356)	(452)	-	(2.808)
Total		(2.356)	(452)	-	(2.808)
Saldo		6.363	1.631	(2.800)	5.194

Controladora	% - Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Custo					
Ágio - CVA	-	10.534	-	(5.000)	5.534
Software	-	2.458	727	-	3.185
Total		12.992	727	(5.000)	8.719
Amortização					
Software	10	(2.252)	(104)	-	(2.356)
Total		(2.252)	(104)	-	(2.356)
Saldo		10.740	623	(5.000)	6.363

Consolidado	% - Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Custo					
Ágio - J Dantas	-	1.443	-	-	1.443
Ágio - CVA	-	5.534	-	(2.800)	2.734
Software	-	3.185	2.083	-	5.268
Total		10.162	2.083	(2.800)	9.445
Amortização					
Software	10	(2.356)	(452)	-	(2.808)
Total		(2.356)	(452)	-	(2.808)
Saldo		7.806	1.631	(2.800)	6.637

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	% - Taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Custo					
Ágio - J Dantas	-	-	1.443	-	1.443
Ágio - CVA	-	10.534	-	(5.000)	5.534
Software	-	2.458	727	-	3.185
Total		12.992	2.170	(5.000)	10.162
Amortização					
Software	10	(2.252)	(104)	-	(2.356)
Total		(2.252)	(104)	-	(2.356)
Saldo		10.740	2.066	(5.000)	7.806

17. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	59.019	16.414	65.352	23.296
Ferramentas e equipamentos	12.439	4.972	12.832	5.703
Veículos	5.212	7.431	5.442	7.746
Terrenos	457	457	457	457
Equipamentos de informática	3.998	2.270	4.021	2.315
Móveis e utensílios	4.762	2.223	4.784	2.409
Benfeitorias em propriedade de terceiros	243	-	243	-
Adiantamento fornecedor de imobilizado	12	14	12	14
Instalações	2.964	1.794	3.155	2.143
Total	89.106	35.575	96.298	44.083

Durante os exercícios objetos dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a rubrica de imobilizado apresentou a seguinte movimentação:

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2023			Saldo em 31/12/2024	
		Controladora	Adições*	Baixas	Transferências	Controladora
Custo						
Máquinas e equipamentos	-	32.851	58.556	(479)	-	90.928
Ferramentas e equipamentos	-	9.203	9.814	(1.339)	-	17.678
Veículos	-	16.461	991	(1.451)	-	16.001
Terrenos	-	457	-	-	-	457
Equipamentos de informática	-	3.904	2.617	(338)	315	6.498
Móveis e utensílios	-	3.557	3.335	(409)	-	6.483
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	2.244	355	-	-	2.599
Adiantamento fornecedor de imobilizado	-	14	-	(2)	-	12
Instalações	-	2.695	2.435	(579)	-	4.551
Total		71.386	78.103	(4.597)	315	145.207

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2023 Controladora	Adições*	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024 Controladora
Depreciação						
Máquinas e equipamentos	7% a 25%	(16.437)	(15.927)	455	-	(31.909)
Ferramentas e equipamentos	10% a 25%	(4.231)	(1.584)	576	-	(5.239)
Veículos	9% a 25%	(9.030)	(2.717)	958	-	(10.789)
Equipamentos de informática	10% a 20%	(1.634)	(792)	241	(315)	(2.500)
Móveis e utensílios	10% a 20%	(1.334)	(503)	116	-	(1.721)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20%	(2.244)	(112)	-	-	(2.356)
Instalações	10% a 25%	(901)	(941)	255	-	(1.587)
Total		(35.811)	(22.576)	2.601	(315)	(56.101)
Saldo		35.575	55.527	(1.996)	-	89.106

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2022 Controladora	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023 Controladora
Custo						
Máquinas e equipamentos	-	28.995	4.203	(347)	-	32.851
Ferramentas e equipamentos	-	6.685	2.385	(595)	728	9.203
Veículos	-	14.144	2.484	(336)	169	16.461
Terrenos	-	457	-	-	-	457
Equipamentos de informática	-	2.603	1.378	(77)	-	3.904
Móveis e utensílios	-	2.714	1.036	(193)	-	3.557
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	2.244	-	-	-	2.244
Adiantamento fornecedor de imobilizado	-	13	14	(13)	-	14
Instalações	-	1.938	1.110	(353)	-	2.695
Total		59.793	12.610	(1.914)	897	71.386

Depreciação						
Máquinas e equipamentos	7% a 25%	(11.737)	(5.002)	302	-	(16.437)
Ferramentas e equipamentos	10% a 25%	(3.375)	(826)	433	(463)	(4.231)
Veículos	9% a 25%	(6.587)	(2.467)	167	(143)	(9.030)
Equipamentos de informática	10% a 20%	(1.368)	(323)	57	-	(1.634)
Móveis e utensílios	10% a 20%	(1.105)	(283)	54	-	(1.334)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20%	(2.244)	-	-	-	(2.244)
Instalações	10% a 25%	(622)	(444)	165	-	(901)
Total		(27.038)	(9.345)	1.178	(606)	(35.811)
Saldo		32.755	3.265	(736)	291	35.575

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2023			Saldo em 31/12/2024	
		Consolidado	Adições *	Baixas	Transferências	Consolidado
Custo						
Máquinas e equipamentos	-	54.053	59.046	(1.411)	-	111.688
Ferramentas e equipamentos	-	10.620	9.821	(1.738)	-	18.703
Veículos	-	20.281	991	(1.558)	-	19.714
Terrenos	-	457	-	-	-	457
Equipamentos de informática	-	4.007	2.617	(363)	315	6.576
Móveis e utensílios	-	3.843	3.354	(625)	-	6.572
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	2.244	355	-	-	2.599
Adiantamento fornecedor de imobilizado	-	14	-	(2)	-	12
Instalações	-	3.177	2.435	(733)	-	4.879
Total		98.696	78.619	(6.430)	315	171.200
Depreciação						
Máquinas e equipamentos	7% a 25%	(30.757)	(16.942)	1.363	-	(46.336)
Ferramentas e equipamentos	10% a 25%	(4.917)	(1.713)	759	-	(5.871)
Veículos	9% a 25%	(12.535)	(2.791)	1.054	-	(14.272)
Equipamentos de informática	10% a 20%	(1.692)	(797)	249	(315)	(2.555)
Móveis e utensílios	10% a 20%	(1.434)	(519)	165	-	(1.788)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20%	(2.244)	(112)	-	-	(2.356)
Instalações	10% a 25%	(1.034)	(989)	299	-	(1.724)
Total		(54.613)	(23.863)	3.889	(315)	(74.902)
Saldo		44.083	54.756	(2.541)	-	96.298

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2022			Saldo em 31/12/2023	
		Consolidado	Adições	Baixas	Transferências	Consolidado
Custo						
Máquinas e equipamentos	-	50.159	4.319	(425)	-	54.053
Ferramentas e equipamentos	-	8.028	2.497	(633)	728	10.620
Veículos	-	17.884	2.650	(422)	169	20.281
Terrenos	-	457	-	-	-	457
Equipamentos de informática	-	2.713	1.385	(91)	-	4.007
Móveis e utensílios	-	2.967	1.072	(196)	-	3.843
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	2.244	-	-	-	2.244
Adiantamento fornecedor de imobilizado	-	13	14	(13)	-	14
Instalações	-	2.366	1.173	(362)	-	3.177
Total		86.831	13.110	(2.142)	897	98.696

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2022			Saldo em 31/12/2023	
		Consolidado	Adições	Baixas	Transferências	Consolidado
Depreciação						
Máquinas e equipamentos	7% a 25%	(24.846)	(6.271)	360	-	(30.757)
Ferramentas e equipamentos	10% a 25%	(3.908)	(993)	447	(463)	(4.917)
Veículos	9% a 25%	(9.971)	(2.674)	253	(143)	(12.535)
Equipamentos de informática	10% a 20%	(1.429)	(329)	66	-	(1.692)
Móveis e utensílios	10% a 20%	(1.180)	(309)	55	-	(1.434)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20%	(2.244)	-	-	-	(2.244)
Instalações	10% a 25%	(709)	(493)	168	-	(1.034)
Total		(44.287)	(11.069)	1.349	(606)	(54.613)
Saldo		42.544	2.041	(793)	291	44.083

(*) Em 2024 houve uma renovação da frota da Companhia, com aquisição de equipamentos novos e com maior tecnologia, no intuito de tornar mais eficientes e competitivos.

a) Garantias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existem bens do ativo imobilizado dados em garantia, respectivamente na posição Consolidada e Controladora, exceto para os bens adquiridos através de FINAME em 2024 que são garantias dos próprios contratos de financiamento.

b) Valor recuperável

Nas datas de fechamento dos balanços apresentados, a Administração do Grupo entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis de vida útil determinada pudesse ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciou nenhum dos fatores indicativos de perdas, conforme os itens 10 e 12 do CPC 01.

18. Fornecedores

O saldo de fornecedores representa, basicamente, compromissos da Companhia e suas controladas, por aquisição de insumos necessários à execução dos serviços contratados ou a aquisição de equipamentos com recursos próprios.

Os prazos de vencimentos desses passivos costumam se situar entre 30 e 90 dias da data de entrega e são registrados quando repassados para a Companhia e suas controladas, os riscos e benefícios inerentes aos bens, produtos e serviços prestados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de mercadorias e serviços	38.820	35.357	45.647	43.381
Fornecedores – comprometimento (*)	18.560	17.849	19.684	19.534
Total	57.380	53.206	65.331	62.915

(*) Provisão das notas fiscais de fornecedores, que foram emitidas ou contabilizadas em 2025, mas que o custo se refere ao mês de dezembro/2024.

19. Salários e encargos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações trabalhistas e sociais	13.196	12.935	13.349	17.268
Provisão de férias e encargos	11.341	9.642	11.523	13.384
Total	24.537	22.577	24.872	30.652

20. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos de clientes (*)	27.364	-	27.364	-
Total	27.364	-	27.364	-
Circulante	23.832	-	23.832	-
Não circulante	3.532	-	3.532	-
Total	27.364	-	27.364	-

(*) Adiantamento contratual recebido de cliente do Consórcio MLC Aterpa (50%). Obra iniciada em 2024.

21. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FINAME (a)	31.560	6.404	32.214	6.927
Capital de giro	-	996	-	996
Notas comerciais (b)	29.668	-	29.668	-
Total	61.228	7.400	61.882	7.923
Circulante	10.224	6.773	10.878	7.296
Não circulante	51.004	627	51.004	627
Total	61.228	7.400	61.882	7.923

Os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e suas controladas estão relacionados a capital de giro e para a aquisição de equipamentos destinados a prestação dos seus serviços de construção.

(a) Os valores financiados através de FINAME, cujos saldos devedores estão sujeitos à atualização pela taxa SELIC, possuem acréscimos de juros que variam entre 3,14% a.a. e 4,6% a.a.

Os valores financiados através de FINAME, cujos saldos devedores não estão sujeitos à atualização pela taxa SELIC, possuem uma taxa de juros de 6,82% a.a.

Os valores financiados através de CDC possuem taxas de juros pré-fixadas, que variam entre 6,25% a.a. e 17,88% a.a.

Os prazos dos vencimentos estão entre janeiro de 2025 e maio de 2028.

(b) Sobre o valor das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo" ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), acrescida exponencialmente de spread ou sobretaxa de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são conforme a seguir:

Controladora	31/12/2023	Captação		Amortização		Juros incorridos	31/12/2024
		Principal	Atualizações	Principal	Juros		
FINAME	6.404	34.734	-	(10.091)	(2.587)	3.100	31.560
Capital de giro	996	-	-	(996)	(48)	48	-
Notas comerciais	-	29.668	-	-	-	-	29.668
Total	7.400	64.402	-	(11.087)	(2.635)	3.148	61.228

Controladora	31/12/2022	Captação		Amortização		Juros incorridos	31/12/2023
		Principal	Atualizações	Principal	Juros		
FINAME	12.748	-	-	(6.614)	(1.063)	1.333	6.404
Capital de giro	13.982	-	-	(12.883)	(1.164)	1.061	996
Total	26.730	-	-	(19.497)	(2.227)	2.394	7.400

Consolidado	31/12/2023	Captação		Amortização		Juros incorridos	31/12/2024
		Principal	Atualizações	Principal	Juros		
FINAME	6.927	34.734	131	(10.091)	(2.587)	3.100	32.214
Capital de giro	996	-	-	(996)	(48)	48	-
Notas comerciais	-	29.668	-	-	-	-	29.668
Total	7.923	64.402	131	(11.087)	(2.635)	3.148	61.882

Consolidado	31/12/2022	Captação		Amortização		Juros incorridos	31/12/2023
		Principal	Atualizações	Principal	Juros		
FINAME	13.295	-	(24)	(6.614)	(1.063)	1.333	6.927
Capital de giro	13.982	-	-	(12.883)	(1.164)	1.061	996
Total	27.277	-	(24)	(19.497)	(2.227)	2.394	7.923

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A distribuição do saldo não circulante, por ano de liquidação, é como segue:

Controladora e consolidado	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	627
2026	9.567	-
2027	19.354	-
2028	12.193	-
2029	9.890	-
Total	51.004	627

Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

Cláusulas contratuais (“Covenants”) e vencimento cruzado (“cross default”)

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 com cláusulas restritivas (“covenants”) ou com vencimentos cruzados (“cross default”).

22. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	-	1.292	-	1.308
CSLL	-	563	3	589
Outros	-	-	10	8
Total	-	1.855	13	1.905

23. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	2.618	1.808	2.671	2.513
PIS, Cofins, CSLL retidos	76	50	80	57
PIS sobre faturamento	467	652	468	667
Cofins sobre faturamento	2.156	3.010	2.160	3.079
INSS	206	347	206	364
ISSQN	3.245	1.459	3.261	1.263
Outros	-	2	-	2
Total	8.768	7.328	8.846	7.945

24. Parcelamentos de tributos

a) Parcelamento simplificado – Contribuições previdenciárias e outros débitos não previdenciários

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a Companhia e suas controladas aderiram ao parcelamento simplificado/ordinário criado pela Lei 10.522/2002, junto à Receita Federal do Brasil, parcelando débitos previdenciários vencidos, em até 60 parcelas, corrigidas pela Selic.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Simplificado federal	13.141	5.496	14.806	8.072
Ordinário federal	2.121	4.072	2.121	4.072
Total	15.262	9.568	16.927	12.144
Circulante	5.969	4.013	6.799	4.924
Não circulante	9.293	5.555	10.128	7.220
Total	15.262	9.568	16.927	12.144

A distribuição do saldo de 2024, por ano de liquidação, é como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	5.969	6.799
2026	3.536	4.106
2027 em diante	5.757	6.022
Total	15.262	16.927

25. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos ativo e passivo

Os impostos diferidos ativos e passivos, constituídos com base no saldo de prejuízos fiscais, adições temporárias, reserva de avaliação e sobre lucros diferidos de clientes públicos ainda não recebidos, tem os seguintes saldos ao final dos exercícios comparados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	188.280	205.835	205.670	15.157
Diferenças temporárias (contingências, perdas de ativos/investimentos, lucros diferidos obras públicas)	12.065	14.992	12.184	225.273
Resultados abrangentes – Sucursal Peru	2.660	1.553	2.660	1.553
Ágio SAF	-	-	(5.841)	(5.841)
Base para impostos diferidos	203.005	222.380	214.673	236.142
Ativo diferido				
IRPJ	50.751	55.595	60.920	65.122
CSLL	18.278	20.022	19.437	21.351
Total	69.029	75.617	80.357	86.473
Passivo diferido				
IRPJ	-	-	1.461	1.461
CSLL	-	-	526	526
Total	-	-	1.987	1.987
Ativo diferido líquido				
IRPJ	50.751	55.595	59.459	63.661
CSLL	18.278	20.022	18.911	20.825
Total	69.029	75.617	78.370	84.486

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Previsão de realização dos ativos diferidos de impostos de renda e contribuição social

Ano	Controladora	Consolidado
2025	8.842	9.004
2026	7.316	9.128
2027 em diante	52.871	62.225
Total	69.029	80.357

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	61.299	123.575	64.055	126.974
Imposto de renda e contribuição social - 34%	20.842	42.016	21.779	43.171
Adições e exclusões temporárias	(1.844)	1.814	(1.860)	1.833
Adições permanentes	2.287	2.648	2.408	2.657
Exclusões permanentes	(1.439)	(1.516)	(3.023)	(2.798)
Outros	179	(25)	3.042	2.355
Imposto de renda e contribuição social (lucro real)	20.025	44.937	22.346	47.218
Base de cálculo - lucro real	58.897	132.168	65.721	138.875
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(16.985)	(30.886)	(18.585)	(32.431)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(7.003)	(2.261)	(7.703)	(3.896)
Total	(23.988)	(33.147)	(26.288)	(36.327)
Alíquota efetiva	39%	27%	41%	57%

26. Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas reconheceram o aluguel do imóvel da sede, equipamentos de informática e máquinas como ativos de direito de uso. De acordo com o CPC 06 (R2), este contrato deve ser reconhecido como um arrendamento operacional, como a seguir apresentado:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de direito de uso - imóveis alugados	2.783	2.064	3.909	2.825
Ativo de direito de uso - equipamentos de informática	-	315	-	315
Ativo de direito de uso - máquinas e equipamentos	158.842	142.847	158.842	142.847
(-) Amortização acumulada de direito de uso - imóveis alugados	(2.154)	(1.835)	(2.961)	(2.480)
(-) Amortização acumulada de direito de uso - equipamentos de informática	-	(262)	-	(262)
(-) Amortização acumulada de direito de uso - máquinas e equipamentos	(60.623)	(31.268)	(60.623)	(31.268)
Total	98.848	111.861	99.167	111.977

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo				
Arrendamento mercantil a pagar	155.110	175.110	155.475	175.250
(-) Encargos financeiros a transcorrer	(37.246)	(51.104)	(37.286)	(51.113)
Total	117.864	124.006	118.189	124.137
Circulante	29.507	21.829	29.681	21.960
Não circulante	88.357	102.177	88.508	102.177
Total	117.864	124.006	118.189	124.137

Vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	21.829	-	21.960
2025	29.507	26.736	29.681	26.736
2026	35.594	32.269	35.745	32.269
2027	29.452	26.062	29.452	26.062
2028 em diante	23.311	17.110	23.311	17.110
Total	117.864	124.006	118.189	124.137

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação

	% taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transferências	Remensurações	Saldo em 31/12/2024
		Controladora				Controladora
Direito de uso de arrendamento	-	145.226	15.235	(315)	1.479	161.625
Amortização	-	(33.365)	(29.727)	315	-	(62.777)
Total		111.861	(14.492)	-	1.479	98.848

	% taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferências	Remensurações	Saldo em 31/12/2023
		Controladora				Controladora
Direito de uso de arrendamento	-	77.574	69.366	-	(1.714)	145.226
Amortização	-	(11.592)	(24.474)	-	2.701	(33.365)
Total		65.982	44.892	-	987	111.861

	% taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transferências	Remensurações	Saldo em 31/12/2024
		Consolidado				Consolidado
Direito de uso de arrendamento	-	145.988	15.235	(315)	1.844	162.752
Amortização	-	(34.011)	(29.889)	315	-	(63.584)
Total		111.977	(14.654)	-	1.844	99.167

	% taxa de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferências	Remensurações	Saldo em 31/12/2023
		Consolidado				Consolidado
Direito de uso de arrendamento	-	78.365	69.366	-	(1.743)	145.988
Amortização	-	(12.100)	(24.623)	-	2.712	(34.010)
Total		66.265	44.743	-	969	111.977

(*) A taxa de amortização depende de cada contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2023		Pagamentos Mensais	Remensurações	Saldo em 31/12/2024	
	Controladora	Adições			Controladora	
Passivo de arrendamento	175.111	21.222	(43.314)	2.092	155.111	
(-) Juros a apropriar	(51.105)	(5.987)	20.458	(613)	(37.247)	
Total	124.006	15.235	(22.856)	1.479	117.864	

	Saldo em 31/12/2022		Pagamentos Mensais	Remensurações	Saldo em 31/12/2023	
	Controladora	Adições			Controladora	
Passivo de arrendamento	94.947	114.651	(34.376)	(111)	175.111	
(-) Juros a apropriar	(28.953)	(45.285)	17.893	5.240	(51.105)	
Total	65.994	69.366	(16.483)	5.129	124.006	

	Saldo em 31/12/2023		Pagamentos Mensais	Remensurações	Saldo em 31/12/2024	
	Consolidado	Adições			Consolidado	
Passivo de arrendamento	175.251	21.222	(43.505)	2.507	155.475	
(-) Juros a apropriar	(51.114)	(5.987)	20.479	(664)	(37.286)	
Total	124.137	15.235	(23.026)	1.843	118.189	

	Saldo em 31/12/2022		Pagamentos Mensais	Remensurações	Saldo em 31/12/2023	
	Consolidado	Adições			Consolidado	
Passivo de arrendamento	95.257	114.651	(34.546)	(111)	175.251	
(-) Juros a apropriar	(28.980)	(45.285)	17.918	5.233	(51.114)	
Total	66.277	69.366	(16.628)	5.122	124.137	

(*) Foi considerada uma taxa de desconto de:

- 0,6123% a.m. para aluguel da sede;
- locação de máquinas e equipamentos:
 - VAMOS: taxa de 0,8916% a 1,9093%
 - LOCALIZA: taxa de 1,1341% a 1,2540%
 - UNIDAS: taxa de 1,0986% a 1,1370%

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023, no valor de R\$ 82.000, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 215.775.424 (duzentas e quinze milhões, setecentas e sessenta e cinco mil, quatrocentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas, todas sem valor nominal.

	Quantidade de ações em			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
Jasa Participações S.A.	215.775.423	100	215.775.423	100
Total	215.775.423	100	215.775.423	100

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado, somadas as reservas de capital. Após esses limites, as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

c) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos de 15% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social. A Companhia registra provisão no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos e juros sobre capital próprio superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Lucros a Disposição da Assembleia". Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em assembleia dos Acionistas.

d) Ajustes de avaliação patrimonial (outros resultados abrangentes)

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

- (i) Ajuste acumulado de conversão decorrente da variação cambial do resultado da investida Sucursal Peru.

28. Receita líquida de venda e serviços prestados

A reconciliação entre a receita bruta de serviços e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta na prestação de serviços:				
Execução de obras	1.039.541	843.289	1.093.669	950.354
Incorporação imobiliária	697	1.346	697	1.346
Locação de equipamentos	68	1.913	68	1.913
Total	1.040.306	846.548	1.094.434	953.613
Impostos sobre serviços	(62.584)	(49.618)	(64.401)	(53.483)
Receita líquida de vendas e serviços prestados	977.722	796.930	1.030.033	900.130

29. Custos, despesas e outras receitas (despesas) operacionais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização	(52.755)	(41.216)	(54.204)	(43.099)
Gastos com empregados	(327.292)	(235.440)	(344.395)	(271.168)
Matéria prima, insumos e custos indiretos	(457.317)	(331.462)	(481.618)	(388.516)
Despesas administrativas diversas	(16.990)	(11.011)	(19.551)	(13.529)
Receita na alienação de imobilizado	1.555	662	3.084	849
Participações sócio oculto nas participações em conta de participação	(62)	(155)	(62)	(155)
Resultado na baixa de investimentos	(4.796)	(6.024)	(5.341)	(6.053)
Ganhos (perdas) em participações societárias	(34)	(7)	(361)	595
Outras	(15.017)	(9.617)	(16.694)	(9.581)
Total	(872.708)	(634.270)	(919.141)	(730.657)
Custo das vendas e serviços prestados	(818.606)	(594.740)	(860.708)	(687.227)
Despesas administrativas	(35.804)	(24.544)	(39.118)	(29.240)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(18.298)	(14.986)	(19.315)	(14.190)
Total	(872.708)	(634.270)	(919.141)	(730.657)

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Juros	1.364	14	1.720	14
Variações monetárias	673	336	1.131	904
Outras receitas financeiras	473	26	477	29
Total de receitas financeiras	2.510	376	3.328	947
Despesas financeiras				
Juros	(43.847)	(35.739)	(44.140)	(35.992)
Variações monetárias	-	(155)	(544)	(600)
Outras despesas financeiras	(119)	(292)	(139)	(316)
Total de despesas financeiras	(43.966)	(36.186)	(44.823)	(36.908)
Total do resultado financeiro	(41.456)	(35.810)	(41.495)	(35.961)

Aumento da despesa financeira em 2024 devido a novas captações de recursos, financiamentos e contratos de leasing de máquinas e equipamentos.

31. Lucro básico e diluído por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes ao final de cada exercício contábil, excluindo as ações em tesouraria.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	37.311	90.428
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	215.775	215.775
Lucro por ação - R\$	0,173	0,419

32. Provisão para riscos e depósitos judiciais

a) Causas avaliadas pela Companhia e suas controladas com probabilidade de desfecho desfavorável e classificadas como perda provável

A Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas, ambientais e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para riscos foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável e demais obrigações legais não vinculadas. A Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os riscos contingentes, conforme opinião dos assessores jurídicos encontram-se descritos no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	7.861	11.281	7.862	11.295
Trabalhistas	2.026	1.485	2.154	1.635
Ambientais	149	309	149	309
Outros	676	-	751	-
Total	10.712	13.075	10.916	13.239

Provisões tributárias referem-se, principalmente, a discussões quanto à adequada interpretação de legislação tributária.

Provisões cíveis estão relacionadas a ações que versam sobre relações de consumo, indenizatórias decorrentes de acidentes de trabalho, decorrentes de prejuízos materiais e morais considerados causados pela Companhia e suas controladas, rescisões contratuais e alegados descumprimentos de cláusulas e ações de cobrança de títulos e documentos julgados exequíveis.

Provisões trabalhistas consistem, principalmente, de reclamações feitas por ex-empregados, vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e, eventualmente, acidente de trabalho.

Provisões ambientais relacionadas a discussões sobre possíveis impactos ao meio ambiente.

A movimentação desse saldo é como segue:

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Tributário	Outros	Total
Saldos em						
31 de dezembro de 2022	1.408	6.226	100	-	-	7.746
Movimento	77	5.055	2009	-	(12)	5.329
Saldos em						
31 de dezembro de 2023	1.485	11.281	309	-	-	13.075
Movimento	541	(3.420)	(160)	676	-	(2.363)
Saldos em						
31 de dezembro de 2024	2.026	7.861	149	676	-	10.712

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Tributário	Outros	Total
Saldos em						
31 de dezembro de 2022	1.502	6.241	100	-	12	7.855
Movimento	133	5.054	209	-	(12)	5.384
Saldos em						
31 de dezembro de 2023	1.635	11.295	309	-	-	13.239
Movimento	519	(3.433)	(160)	751	-	(2.323)
Saldos em						
31 de dezembro de 2024	2.154	7.862	149	751	-	10.916

Movimentação dos depósitos judiciais:

Controladora	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Administrativo	Outros	Total
Saldos em						
31 de dezembro de 2022	866	575	1.525	6.614	(96)	9.484
Movimento	(242)	-	858	-	23	639
Saldos em						
31 de dezembro de 2023	624	575	2.383	6.614	(73)	10.123
Movimento	(139)	251	(2.145)	(6.614)	(28)	(8.675)
Saldos em						
31 de dezembro de 2024	485	826	238	-	(101)	1.448

Consolidado	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Administrativo	Outros	Total
Saldos em						
31 de dezembro de 2022	901	600	1.559	6.614	(97)	9.577
Movimento	(244)	39	858	-	23	676
Saldos em						
31 de dezembro de 2023	657	639	2.417	6.614	(74)	10.253
Movimento	(149)	256	(2.155)	(6.614)	(28)	(8.690)
Saldos em						
31 de dezembro de 2024	508	895	262	-	(102)	1.563

b) Causas avaliadas pela Companhia e suas controladas com alguma chance de decisão desfavorável e perda possível

Em 31 de dezembro de 2024, não foi computado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o montante de R\$ 48.622 (Controladora) e R\$ 49.134 (Consolidado). Em 2023, R\$ 17.142 (Controladora) e R\$ 17.727 (Consolidado) referentes às causas trabalhistas, cíveis, e outras, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia e suas controladas apontam para uma probabilidade reduzida de perda ou para aquelas que, pelo fato de ainda não terem sido objeto de análise pelo judiciário (estão em sua fase inicial, sem sentença), não geram provisionamento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	4.683	4.361	5.163	4.821
Cíveis	8.595	8.409	8.627	8.463
Administrativos	35.344	3.961	35.344	3.961
Ambientais	-	15	-	15
Tributários	-	396	-	467
Total	48.622	17.142	49.134	17.727

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a tributos federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares, referentes a períodos variáveis, estão sujeitas à revisão. No entanto, na opinião da Administração da Companhia e suas controladas, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial em 31 de dezembro 2024 e 2023 e não há processos significativos conhecidos contra a Companhia e suas controladas que não tenham sido adequadamente registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para aquelas datas.

Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia e suas controladas não tem registrado provisão para riscos de natureza fiscal.

33. Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas decorrem de operações inerentes às atividades da Companhia e suas controladas.

A composição dos saldos referentes a transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Partes relacionadas - Ativo				
PGS Participações S.A. (b)	6.206	2.323	6.206	2.323
SB Participações S.A. (a)	12	-	12	-
SAF Participações Ltda (a)	-	10.213	-	-
Jasa Participações S.A. (a)	1.104	13.709	1.104	13.709
Outros (b)	-	432	-	431
Consórcios - Ativo				
Camter Construções e Empreendimentos S.A.	280	280	280	280
Consórcio Ivai Cowan Aterpa	-	12	-	12
Consórcio Ivai - Aterpa - SD	-	10	-	10
Consórcio Serveng Civilsan S.A. - Aterpa	1.286	961	1.286	961
Total	8.888	27.940	8.888	17.726
Vendas de ativos - Nota Explicativa nº 11				
Protec Engenharia de Infraestrutura S.A.	4.648	2.973	4.648	2.750
Total	13.537	30.913	13.537	20.476
Circulante	1.566	1.691	1.566	1.691
Não Circulante	7.322	26.249	7.322	16.035
Total	8.888	27.940	8.888	17.726
Vendas de ativos - Nota Explicativa nº 11				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	4.648	2.973	4.648	2.750
Não circulante	-	-	-	-
Total	4.648	2.973	4.648	2.750
Total	13.537	30.913	13.537	20.476

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Partes relacionadas - Passivo				
Direcional Engenharia Ltda. (c)	1.558	1.965	1.558	1.965
Ibiá Engenharia e Comércio Ltda. (c)	1.808	1.789	1.808	1.789
Real Lasa Participações S.A. (b)	315	315	315	315
J Dantas (a)	1.726	8.303	-	-
SCP Andradina (c)	717	264	717	264
SM Metais Gestão e Participações Ltda. (b)	-	750	-	750
Outros (b)	1.101	1.218	1.101	1.218
Consórcios - Passivo				
EMSA - Empresa Sul-Americana de Montagens S.A.	411	400	411	400
Consórcio Libe - Aterpa	6	6	6	6
Total	7.642	15.010	5.916	6.707
Circulante	417	8.116	417	406
Não circulante	7.225	6.894	5.499	6.301
Total	7.642	15.010	5.916	6.707

Partes relacionadas - Natureza das transações - Saldos em 31/12/2024

- a)** Movimentação de conta corrente entre as empresas.
- b)** Saldos de mútuos conforme contrato firmado entre as partes.
- c)** Outras - Equivalente ao percentual do patrimônio líquido da SCP.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva e membros do Conselho de Administração, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	617	441	809	750
Encargos sociais	132	97	170	159
Benefícios assistenciais	530	408	620	548
Total	1.279	946	1.599	1.457

34. Debêntures**a) Debêntures com partes relacionadas**

A Companhia celebrou em 22 de maio de 2023 o Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, por meio da qual os acionistas se comprometeram a realizar um investimento na Aterpa por meio das estruturas de dívidas (debêntures).

Foram emitidas 15.263 (quinze mil, duzentas e sessenta e três) debêntures no valor de R\$ 15.263, sendo totalmente subscrito e integralizado na data de integralização. O valor nominal unitário de cada debênture será de R\$ 1,00 (um real) na data de emissão.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será remunerado, diariamente, com base na remuneração pela taxa CDI-CETIP (Certificado de depósito interfinanceiro central de custódia e liquidação de títulos privados), acrescido de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo como base a data da respectiva integralização das Debêntures, calculados cumulativamente pro rata temporis por dias úteis decorridos, devendo ser pagos no vencimento da operação ou, se for o caso, na data em que ocorrer o resgate antecipado da debênture.

O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 05 (cinco) anos contado da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 22 de maio de 2028 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento da Debênture pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescida da Remuneração, calculada na forma prevista nesta Escritura.

b) Debêntures 476

A Companhia celebrou em 29 de maio de 2024 o Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, por meio da qual o fundo de investimento Ativos Especiais III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Patronizados (*Vinci Partners*) se comprometeram a realizar um investimento na Aterpa por meio das estruturas de dívidas (debêntures).

Considerando que:

(i) em 24 de junho de 2011, a emissora (Aterpa), a Multitek Engenharia Ltda. (Multitek) e a Autograf Projetos e Construção Ltda (Autograf) celebraram o “Contrato de Constituição de Consórcio” referente à licitação promovida pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, o qual tem como objeto o fornecimento de bens e execução dos serviços relativos à execução da Obra de Construção Civil dos Arruamentos, Iluminação Viária, Estacionamentos, Redes de Águas Pluviais e de Esgoto do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), objeto da Carta Convite 0875820.10.8 e de seus Anexos Consórcio, sendo certo que as participações detidas pelos participantes do Consórcio, à época de sua constituição, estavam divididas da seguinte forma:

(i) a Emissora Aterpa detinha 55% (cinquenta e cinco por cento), **(ii)** a Multitek detinha 35% (trinta e cinco por cento) e **(iii)** a Autograf detinha 10% (dez por cento);

(ii) em 02 de fevereiro de 2012, a Emissora, Multitek e a Autograf celebraram a “3ª Alteração do Contrato de Constituição do Consórcio Aterpa – Multitek - Autograf”, por meio da qual a Autograf cedeu integralmente sua participação no Consórcio para a Emissora e para a Multitek, com a ciência e a autorização da Petrobras, de modo que as participações detidas pelos participantes do Consórcio passaram a ser divididas da seguinte forma: **(i)** a Emissora passou a deter 63% (sessenta e três por cento) e **(ii)** a Multitek passou a deter 37% (trinta e sete por cento);

(iii) em 17 de dezembro de 2014, a Emissora e a Multitek celebraram “Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Cessão de Crédito e Outras Avenças” – “Instrumento de Confissão de Dívida”, por meio do qual a Multitek confessou dever à Emissora o montante de R\$28.000 (vinte e oito milhões de reais), a ser corrigido pelo IGP-M/FGV desde a data de assinatura do referido instrumento (“Dívida Multitek”), a ser quitado com créditos de titularidade da Multitek no âmbito de ações judiciais, incluindo no âmbito dos Processos, observado que, até a presente data, não houve a quitação de nenhum valor referente à Dívida Multitek;

(iv) em 05 de maio de 2021, o NEO Capital Mezanino Fundo de Investimento em Participações, inscrito no CNPJ sob o nº 10.720.618/0001-80 (“Fundo NEO”), a Emissora Aterpa, a JASA Participações S.A. e o Francisco Salazar celebraram o “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças” (“Instrumento de Transação Fundo NEO”), por meio do qual as partes pactuaram, dentre outros assuntos, a cessão, pela Emissora ao Fundo NEO, de 16% (dezesesseis por cento) dos direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos Processos, sendo certo que, nos termos do Instrumento de Transação Fundo NEO, a Emissora detém poderes para realizar a Operação e transacionar 100% (cem por cento) dos direitos creditórios decorrentes dos Processos, incluindo os Direitos Creditórios Aterpa e os Direitos Creditórios Fundo NEO;

(v) a Emissora é titular de 84% (oitenta e quatro por cento) dos direitos creditórios oriundos da Ação Ordinária no 0426759-74.2013.8.19.0001, em trâmite perante a 20ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, proposta pelo Consórcio, da qual é líder, em face da Ré, bem como seus incidentes e recursos (“Ação Ordinária”) e, quando referida em conjunto com seus incidentes e recursos “Processos”, incluindo os valores que a Emissora Aterpa faz jus em decorrência do “Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Cessão de Crédito e Outras Avenças”, celebrado entre a Emissora e a Multitek em 17 de dezembro de 2014, excluindo-se eventuais valores decorrentes de pagamentos a serem realizados aos Advogados dos Processos a título de honorários, conforme valores e/ou percentuais previstos na Escritura de Emissão das Debêntures;

(vi) no âmbito de suas atividades, a Emissora tem interesse em emitir debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, de sua 6ª (sexta) emissão, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Construtora Aterpa S.A”. integralizadas de forma privada pelo Debenturista;

(vii) as Debêntures emitidas pela Emissora Aterpa e subscritas e integralizadas pelo Debenturista serão asseguradas e conferirão direito de crédito ao Debenturista Vinci em face da Emissora, equivalente ao recebimento dos primeiros R\$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais) integrantes dos Direitos Creditórios da Aterpa, devidamente corrigidos pela taxa SELIC, a partir da data de assinatura dos Documentos da Operação, com prioridade absoluta de recebimento sobre qualquer outro valor a ser recebido pela Emissora no âmbito dos Processos (“Direitos Creditórios Transacionados”).

Características da emissão e das debêntures:

a) Número da emissão: 6ª emissão

b) Número de séries: única

c) Valor total da emissão: R\$ 57.000 (cinquenta e sete milhões de reais)

d) Quantidade de debêntures: 57.000

e) Data de emissão: 29 de maio de 2024

f) Valor nominal unitário das debêntures: R\$ 1.000

g) Conversibilidade: as debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da emissora.

h) Prazo e data de vencimento: as debêntures terão prazo de vencimento de 20 (vinte) anos contados a partir da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de maio de 2044, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado.

i) Juros remuneratórios: $J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$

a) Onde:

i. J = valor unitário dos juros remuneratórios acumulados no período

ii. VNe = valor nominal unitário das debêntures

iii. Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread
(Fator Juros = Fator DI x Fator Spread)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Composição das Debêntures

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures 476	63.421	-
Debêntures com partes relacionadas	21.899	17.786
Total	85.320	17.786
Circulante	-	-
Não circulante	85.320	17.786
Total	85.320	17.786

A movimentação das debêntures no exercício de 2024 e 2023 é conforme a seguir apresentada:

Controladora e Consolidado	31/12/2023	Captação		Amortização		31/12/2024
		Principal	Atualizações	Principal	Juros	
Debêntures						
Partes Relacionadas	17.786	-	4.113	-	-	21.899
Debêntures 476	-	57.000	6.421	-	-	63.421
Total	17.786	57.000	10.534	-	-	85.320

Controladora e Consolidado	31/12/2022	Captação		Amortização		31/12/2023
		Principal	Atualizações	Principal	Juros	
Debêntures	-	15.263	2.523	-	-	17.786
Total	-	15.263	2.523	-	-	17.786

A distribuição do saldo, por ano de liquidação, é como segue:

Controladora e consolidado	31/12/2024	31/12/2023
A partir de 2028	85.320	17.786
Total	-	17.786

35. Benefícios a empregados**a) Participação nos lucros e resultados**

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos empregados, após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

b) Seguro de vida em grupo

Os empregados e administradores da Companhia e suas controladas estão segurados por um plano de seguro de vida em grupo onde estão previstos valores devidos em caso de falecimento, invalidez permanente e parcial e auxílio funeral. Esse benefício é concedido a todos os funcionários, indistintamente e está vinculado ao contrato de trabalho. A despesa com seguro de vida na controladora em 2024 foi R\$ 74 (R\$ 74 consolidado) e em 2023 foi R\$ 74 (R\$ 86 consolidado).

c) Plano de assistência médica

O Grupo oferece sistema de saúde por adesão a todos os empregados atuantes no escritório central e aos empregados que exercem cargos de gestão em obra. Aos demais funcionários atuantes em obras o plano de saúde é oferecido de acordo com as condições contratuais acordadas com o cliente.

Plano é regulamentado pela Lei 9656/98 com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2024, o Grupo possuiu os seguintes planos de saúde:

- Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico;
- Unimed Itabira;
- Unimed Cerrado;
- Bradesco Saúde;
- Hapvida.

d) Modalidade de pré-pagamento:

Precificado em custo linear por idade média, subsidiado pela Companhia de 25% a 100% do valor da mensalidade, de acordo com o contrato assinado com o cliente, faixa salarial do empregado e da acomodação escolhida (enfermaria/apartamento).

Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da lei 9656, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

O reajuste é calculado pelo IGPM, sinistralidade, e custos médicos. Em 2024, os reajustes foram os seguintes:

Unimed – 6,5%

Unimed Itabira – 3%

Unimed Cerrado – Iniciou-se em 2024

Bradesco – 14,78%

Hapvida – 7,5%

A despesa com assistência médica em 2024 e 2023 foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Parte Empresa	5.895	3.906	6.010	4.128
Empregado	853	(149)	852	(79)
Total	6.748	3.757	6.862	4.049

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

36. Transações que não afetam caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adição direito de uso	16.399	69.366	16.764	69.366
Transferência direito de uso	315	(2.999)	315	(3.029)
Arrendamento mercantil a pagar	(23.314)	(111.379)	(23.730)	(111.348)
(-) Encargos financeiros a transcorrer	6.600	45.012	6.651	45.011
Remensuração reconhecimento IFRS 16	-	(10.272)	-	(10.293)
Investimentos x Partes Relacionadas (SCP Andradina)	395	(139)	395	(317)
Investimentos x Partes Relacionadas (SAF / J Dantas)	(3.839)	-	-	-
Partes relacionadas x dividendos	(45.992)	144	(45.992)	(1.031)
Partes relacionadas x Investimentos (SCP Andradina)	(395)	-	(395)	-
Partes relacionadas x Investimentos (SAF / J Dantas)	3.839	-	-	-
Partes relacionadas x Capital social	-	-	(208)	-
Partes relacionadas x dividendos a distribuir	-	(5)	-	-
Dividendos a pagar x Partes relacionadas	45.992	13.564	45.992	13.381
Lucros à disposição da Assembleia	-	(13.564)	-	(13.564)
Impostos a recolher	1.358	-	1.358	-
Impostos a recuperar / compensar	(1.358)	-	(1.358)	-
Integralização de capita social e reversão de AFAC	-	-	208	1.530

37. Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conseqüentemente, não foram revisadas pelo nosso auditor independente.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Riscos cobertos	Controladora e Consolidado	
		Cobertura	
Seguro de Vida	Garantir o pagamento de uma indenização ao próprio segurado ou a seus beneficiários, caso ocorra algum dos eventos cobertos pelas garantias contratadas pelo estipulante e indicadas nas condições especiais e no certificado do seguro.	R\$ 73.564	R\$ 73.741
Garantia e execução de obras	Garante o fiel cumprimento das obrigações contraídas pela Companhia em licitações ou em cumprimento de contratos de construção, fornecimento de bens ou de prestação de serviços.	R\$ 129.526	R\$ 176.559
Judicial	Garante o pagamento de um valor correspondente ao depósito em juízo, que o tomador necessite realizar durante processos judiciais. Esse seguro é uma alternativa aos depósitos judiciais exigidos quando da defesa em uma ação executiva.	R\$ 12.046	R\$ 12.149
Fiança Locatícia	Garantia para contratos de aluguel de imóveis, assegurando aos locadores a cobertura de possíveis inadimplências ou danos causados pelo inquilino. Substitui o fiador ou caução.	R\$ 549	R\$ 549
Fiança bancária	Instrumento financeiro utilizado como garantia para assegurar o cumprimento de uma obrigação contratual. Figura-se na promessa feita por uma instituição bancária, na qual se compromete a pagar uma determinada quantia a um beneficiário, caso o contratante principal não cumpra com o que foi acordado.	R\$ 73.498	R\$ 87.017
Seguro de incêndio	Proteção do imóvel e seus bens contra os danos causados por um incêndio.	R\$ 2.495	R\$ 2.495
Garantia RD Equipamentos	O seguro de Riscos Diversos para Equipamentos oferece cobertura às máquinas, equipamentos e implementos, dos tipos fixos ou móveis da Companhia.	R\$ 123.594	R\$ 123.594
Responsabilidade Civil Geral	O Seguro oferece cobertura de quaisquer perdas, danos e lesões pessoais, inclusive morte, danos materiais e morais que a execução da obra possa causar a terceiros.	R\$ 26.599	R\$ 50.553

38. Eventos subsequentes

Em 22 de janeiro de 2025, foi assinado o Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário da BR-381/MG, trecho de Belo Horizonte/MG até Governador Valadares/MG, junto à ANN – Agência Nacional de Transportes Terrestres. Prazo de concessão é de 30 anos. A Construtora Aterpa, em sociedade com outros três grupos empresariais ligados a infraestrutura, através do FIP 4 UM foi vencedora do leilão da concessão rodoviária da BR-381/MG.

Em 04 de fevereiro de 2025, foi assinado o termo da 2ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, no valor de R\$ 70.000, que serão destinados à recomposição do fluxo de caixa operacional decorrente das cotas do fundo de investimento FIP 4 UM.

* * *